

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

INDILIS PRISCILA DUQUE CHALEGRE  
LAYS VANESSA CORREIA LEANDRO DUARTE

**POLITICAS PÚBLICAS DE SAÚDE LGBTQIA+:**  
**Necessidades de políticas públicas efetivas para minorias**  
**vulneráveis**

RECIFE/2022

INDILIS PRISCILA DUQUE CHALEGRE  
LAYS VANESSA CORREIA LEANDRO DUARTE

**POLITICAS PÚBLICAS DE SAÚDE LGBTQIA+:  
Necessidades de políticas públicas efetivas para minorias  
vulneráveis**

Artigo apresentado ao Centro  
Universitário Brasileiro – UNIBRA, como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharelado em Enfermagem.

Professor Orientador: Esp. Hugo Christian  
de Oliveira Felix

RECIFE/2022

INDILIS PRISCILA DUQUE CHALEGRE  
LAYS VANESSA CORREIA LEANDRO DUARTE

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

C436p Chalegre, Indilis Priscila Duque  
Políticas públicas de saúde LGBTQIA+: necessidades de políticas  
públicas efetivas para minorias vulneráveis / Indilis Priscila Duque  
Chalegre, Lays Vanessa Correia Leandro Duarte. Recife: O Autor, 2022.  
17 p.

Orientador(a): Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário  
Brasileiro – Unibra. Bacharelado em Enfermagem, 2022.

Inclui Referências.

1. Políticas públicas de saúde. 2. Minorias e grupos vulneráveis. 3.  
desigualdade social. I. Duarte, Lays Vanessa Correia Leandro. II. Centro  
Universitário Brasileiro - Unibra. III. Título.

CDU: 616-083

Dedicamos esse trabalho a todo público  
LGBTQIA+.

### **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela nossa vida, por ter dado saúde para nos ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do percurso;

Aos nossos pais que sempre nos apoiaram e incentivaram nos momentos difíceis;

Ao professor Hugo Cristian de O. Felix. Por ter sido paciente e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade;

As pessoas com quem convivemos ao longo desses anos de curso, que nos incentivaram e que certamente tiveram impacto na nossa formação acadêmica.

[...] Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito pra ser insignificante.(Augusto Branco)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>09</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
3.1 A Vulnerabilidade da população LGBTQIA+ ao longo da história.....	11
3.2 Necessidade de políticas públicas efetiva para minoria vulneráveis.....	13
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>17</b>

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE LGBTQIA+:**  
**Necessidades de políticas públicas efetivas para minorias vulneráveis**

INDILIS PRISCILA DUQUE CHALEGRE<sup>1</sup>

LAYS VANESSA CORREIA LEANDRO DUARTE<sup>2</sup>

Hugo C. de O. Felix

**RESUMO:**

O artigo em questão fala de uma pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória, tendo como base o artigo científico. Destacando as dificuldades do público LGBT, ao acesso aos serviços de saúde, e assistência integral à saúde pública. Que tem como objetivo identificar as necessidades de políticas públicas para minorias e/ou vulneráveis voltados ao público LGBTQIA+. Observou-se uma crescente visibilidade a ascensão de equidade da população LGBTQIA+ no sistema único de saúde (SUS). Embora não seja suficiente, é necessário que seja criadas práticas discriminatórias de inclusão para essa minoria dentro do sistema de saúde.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de saúde; Minorias e grupos vulneráveis; desigualdade social.

## **1 INTRODUÇÃO**

Com o intuito de minimizar as desigualdades socioeconômicas e reduzir a pobreza da população, os países latino-americanos, a partir de 1970, intensificaram os movimentos em prol das reformas no setor social, visando reduzir a pobreza e melhorar o sistema de saúde. (Atun R, Andrade Lo, Almeida G, et al. 2015).

A política LGBTQIA+ é um marco histórico no reconhecimento das demandas dessa população vulnerável. Os problemas de saúde da população LGBTQIA+ tornaram-se mais visíveis quando o Ministério da Saúde adotou estratégias de enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS em cooperação com movimentos sociais relacionados à defesa dos direitos dos grupos gays. (Saúde LGBT 2006).

---

<sup>1</sup>Indilis Priscila Duque Chalegre. Bacharelado em Enfermagem. Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. E-mail:indilisduque011@gmail.com.

<sup>2</sup>Lays Vanessa Correia Leandro Duarte. Bacharelado em Enfermagem. Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. E-mail:lays.vanessa38@gmail.com.

O Ministério da Saúde, com a redução das desigualdades que refletem essa política, estabelece metas específicas para apoiar ações de enfrentamento das desigualdades em saúde, com destaque para negros, quilombolas, LGBT, ciganos, prostitutas, moradores de rua e outros.(Secretaria de gestão estratégica e participativa).

São abordadas conceituações relacionadas às políticas públicas, citando algumas ações já efetivadas nacionalmente. Por fim, a busca de uma sociedade justa no Brasil através de políticas de inclusão é elencada no trabalho, ressaltando que este estudo é baseado nas lutas dos movimentos sociais que buscam a igualdade de classe, o extermínio dos preconceitos, um país onde todos possam viver com dignidade.(Luã Fernando A. Fernandes, 2021)

## **2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

O início do estudo foi realizado com a formação teórica sobre o tema, iniciando-se por uma pesquisa bibliográfica e análise preliminar sobre o tema da pesquisa. Foram expostas algumas metodologias de análise em prol de minimizar as desigualdades socioeconômicas da população, e destacar os direitos ao sistema de saúde igualitário para todo o público LGBT.

Para entendermos melhor sobre o que se trata a metodologia de pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002), é realizada:

[...]De um determinado levantamento de referenciais teóricos que foram analisados e publicados de forma escrita e eletrônica, como livros, artigos científicos, páginas de sites. Qualquer trabalho científico começa com a pesquisa bibliográfica, que permite aos pesquisadores compreender o que já foi pesquisado sobre o tema. No entanto, alguns estudos científicos baseiam-se exclusivamente em pesquisas bibliográficas, buscando referências teóricas publicadas com o objetivo de reunir informações ou conhecimentos prévios sobre a questão para a qual se busca a resposta. (FONSECA 2002 P.32)

Seguindo esse ponto, também cabe destacar o entendimento de Amaral (2007), quanto a pesquisa bibliográfica:

(...) é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no

levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Com relação aos periódicos, foi realizada uma pesquisa dos artigos científicos já publicados, que constam de forma clara os estudos que foram veiculados que tratam sobre o tema, especificamente direcionado ao público LGBTQUIA+, vejamos:

Foram analisadas as publicações de dez periódicos nacionais veiculadas entre os anos de 2004 e 2018. Entendesse que, nesse recorte temporal, foram publicados 14.700 artigos, sendo que, destes, somente 92 (0,6%) faziam referência à população LGBTQIA+, e apenas 27 (0,2%) discutiam políticas públicas de saúde envolvendo essa população. (SCIELOPS.ORG, 2020).

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

A sexualidade refere-se ao conjunto de comportamentos que diz respeito à satisfação da necessidade e do desejo sexual, assim como outros traços dos indivíduos, em sua constante busca pelo autoconhecimento e afirmação enquanto pessoa humana.

As práticas de saúde baseadas em conceitos normativos heterossexuais impactam negativamente na qualidade da assistência prestada às minorias sexuais, levando a um maior distanciamento dessa população da atenção primária à saúde. Os profissionais precisam de informações sobre as necessidades das pessoas LGBT, fazendo com que se sintam incapazes de atender essa população de forma eficaz.

Dessa forma, a vulnerabilidade dos profissionais durante o atendimento gera cada vez menos confiança entre os pacientes LGBT, levando a mais exclusão e violência simbólica, diferentemente do que preconiza a política pública de saúde.

Consequentemente, eles atrasam ou evitam procurar cuidados de saúde quando necessário devido à discriminação percebida nos cuidados de saúde. Portanto, desenvolver uma política integral de atenção à saúde continua sendo um desafio, pois requer ampliar a compreensão e o reconhecimento dos direitos sociais e reprodutivos. (SILVA et al; 2020).

A criação do SUS, trouxe políticas que possibilitavam a exceção do princípio de equidade, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade que alguns grupos sociais possuíam. Assim essas políticas colaboraram para o fortalecimento de movimento sociais e entre eles o de pessoas homo afetivas. Entre esses direitos está o

reconhecimento da orientação sexual, identidade de gênero e acesso ao processo de transição de sexo pelo SUS. (AMTHAUER,2020)

### **3.1 A Vulnerabilidade da população LGBTQIA+ ao longo da história**

Considerando-se que a associação brasileira atual requer uma ideologia neoliberal que aprova o desemprego massivo e a extrema competitividade no engajamento no mercado de trabalho. Por falta de amparo e ausência de organização para vida adulta, ao serem demandado por grandes desonra, desamor, aceitação e desrespeito devido suas diferenças.

O público LGBTQIA+ não consegue encontrar outras possibilidades de determinar suas vidas e adentram a oportunidade de risco social, uma vez que seus laços familiares estão cortados, não há um lugar para morar e muito menos possibilidades de emprego. No entanto, a rua é um campo de análise concreta. Sendo possível participar várias mudanças, que conduz ao desenvolvimento da sociedade.

Os problemas de saúde são frequentes, como o HIV, a tuberculose, as doenças psiquiátricas, alcoolismo e droga. Há uma Política Nacional de Saúde Integral LGBT, criada em 2010 pelo Ministério da Saúde, que contempla esse grupo na busca por melhores condições de saúde e de vida. Existe também uma carência de procedimentos mais competentes para a saúde dos indivíduos LGBTQIA+ na garantia de auxílio dos serviços de prevenção e prontidão, além do acompanhamento permanente.

O mundo do trabalho é outro campo que traz particularidades para essa porção. Diversos dispõem qualificação e escolaridade indispensável e passam por quadro de risco social por causa dos agravos citados anteriormente - conflitos familiares e condições de saúde. Tal forma deve seguir os preceitos de proteção social com base na efetivação das seguranças sócio assistenciais, por meio de um trabalho social voltado para a reconstrução de vínculos sociais e afetivos, desenvolvendo a autonomia do usuário. (Guimarães, 2022)

Envolver o regulamento social no processo saúde-doença das pessoas e agrupamento requer considerar que a exclusão social subsequente do desemprego, da falta de acesso à alimentação e moradia digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura influenciam, diretamente, na qualidade de

vida e de saúde. Requer também a aprovação de que todas as formas de distinção, como no caso das homofobias que

Engloba lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas no propósito social de sofrimento e de doença. O Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – A elevação da Equidade e da Integralidade, publicado pela Rede Feminista de Saúde, mostra dados que ressalta as desigualdades de acesso aos sistemas de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais.

Entretanto às mulheres que procuram atendimento de saúde, cerca de 40% não revelam sua orientação sexual. Com relação ao exame preventivo de câncer cérvico uterino, o Dossiê cita dados da pesquisa realizada em 2002, pela Coordenação DST/Aids do Ministério da Saúde, que demonstram que no meio das mulheres heterossexuais a garantia na realização dessa investigação nos últimos três anos observasse que teve um aumento significativo de 89,7%.

Embora a pandemia da AIDS tenha estimulado que o sistema de saúde desse ênfase em suas prioridades também nas pessoas travestis e transexuais, inspecionar certa visibilidade ao grupo, atualmente é frequentemente conhecido que os problemas de saúde destas pessoas são bem mais relevantes que suas demandas. A depressão, as crises de ansiedade e sensações de pânico, medo ao sair na rua, pois sofrem preconceito por sua identidade sexual, geralmente são atacadas fisicamente e mentalmente, parecem ser frequentes entre as travestis.

No entanto essa hipótese é reforçada pelo estudo de Peres que também fala sobre o esclarecimento e a necessidade de mais estudos sobre a saúde do grupo, prevenindo para a saúde mental desse público LGBT. A circunstancia com a investigação dos serviços de saúde que atuam com a transexualidade feminina evidência sobre profundo sofrimento dessas pessoas ao não se aceitarem no corpo biológico.

SUS, que regulariza os procedimentos para a readequação cirúrgica genital, se coloca no contexto da Política LGBT e o desafio decorrente é a garantia do acesso a todas as pessoas que necessitam dessa forma de cuidado. Um grave problematização para a saúde de transexuais e travestis é o uso desregrado e sem instrução de hormônios femininos. A automedicação frequentemente realizada com doses muito altas de hormônios masculinizantes, também pode trazer graves complicações para saúde.

A falta de respeito que se escolhe pelas pessoas travestis e transexuais caracteriza uma violência que acontece cotidianamente nas suas vidas sociais. Pode ser avaliado como consequência desta Política, a colocação do evidenciado uso do nome social para os utilizador da saúde, na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde.

Diante da complexidade da situação de saúde do grupo LGBT e, especialmente, diante das evidências que a orientação sexual e a identidade de gênero têm na finalidade social e cultural da saúde, o Ministério da Saúde criou esta Política para o SUS. Os desafios na renovação de serviços, rotinas e condutas na rede do SUS serão no que se refere fáceis de serem superados. Entretanto será a vitória do preconceito e da discriminação que determina, de cada um e do coletivo, mudanças de valores fundamentada no respeito às diferenças sociais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

### **3.2 Necessidade de políticas públicas efetiva para minoria vulneráveis**

Quando se trata da minoria e grupos vulneráveis, apesar da semelhança, cabe saber diferenciar, trazendo aspectos específicos sobre cada um. Nesse sentido, preceitua Carlos Eduardo Artiaga Paula, Ana Paula da Silva e Cléria Lobo Bittar (2017, n.p):

[...] minoria refere-se a um grupo humano ou social que esteja em uma situação de inferioridade ou subordinação em relação a outro, considerado majoritário ou dominante. O fato de se encontrarem em uma posição desprivilegiada no seio social faz com que as minorias também estejam em uma condição de vulnerabilidade. Como noção geral, vulnerabilidade consiste em um grau de suscetibilidade das pessoas em adquirir problemas de saúde. A vulnerabilidade se distingue do risco, pois este são probabilidades ou chances de alguém adoecer ou morrer em razão de um agravo de saúde.

É visível que todas as pessoas são diferentes umas das outras, é aceitável a diversidade íntegra e a condição humana. Não se regulariza quanto a isso, entende-se que a diversidade é absolutamente normal. Pretende-se, analisar uma das diferenças que, ainda hoje, é notável uma parcela significativa da sociedade, as minorias sexuais.

Os integrantes deste grupo minoritário ou vulnerável, na medida em que eclodem com o modelo heteronormativo de orientação sexual e identidade de gênero, sofrem preconceito, discriminação e intolerância, entendido como homofobia.

Para que aconteça a inclusão social das minorias sexuais é necessário que o Estado organize políticas públicas para enfrentar a homofobia e promover a cidadania de pessoas LGBTQIA+. (Revista Index, 2011)

As minorias sexuais continuam lutando para que seus integrantes sejam devidamente reconhecidos enquanto pessoas e, que possam gozar de Direitos Humanos, tal qual as pessoas heterossexuais. A inserção social desse grupo minoritário ou vulnerável se justifica não apenas nos alarmantes índices de violência homofóbica, mas especialmente no discurso moral, fundamentalista e ideológico presente na sociedade, e que alimenta a intolerância diante de comportamentos, práticas e vivências da sexualidade que não estejam com o padrão heteronormativo. (INDEX, 2011)

As pessoas que formam este grupo minoritário ou vulnerável, na medida em que rompem o modelo heteronormativo, sofrem diversos tipos de violências, desrespeitos de várias ordens, às suas integridades físicas e psíquicas.

Rios, valendo-se dos ensinamentos de Dorais, afirma que:

[...] a pesquisa das causas psíquicas da homossexualidade constitui, em si mesma, manifestação preconceituosa e discriminatória, por romper a existência de uma sexualidade normal (heterossexualidade), parâmetro pelo qual as demais expressões da sexualidade serão interpretadas e valoradas. (UNIFAFIBE, 2014).

Em princípio, as ações e planos preparados são produto do poder executivo em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal) reconhecendo a carência de políticas públicas para lutar contra o preconceito, a discriminação e a exclusão do alcance dessa população. E mais: essas ações e programas são especialmente importantes quando o legislativo não aprovou nenhuma lei que garanta os direitos civis e sociais das pessoas LGBT e, na maioria dos casos, o acesso das pessoas ao sistema de justiça é limitado.

Confrontar a recorrente homofobia da nação, cujos magistrados enfrentam um vácuo legal, muitas vezes ainda se recusam a reconhecer que existe uma vida legítima e compreensível além da heterossexualidade. (MELLO; BRITO; MAROJA 2012)

Dada a situação do Brasil, o país dirige-se gerando e se comprometendo em questão das políticas públicas para pessoas LGBTQIA+. Diz respeito de uma maneira histórica que remonta ao desenvolvimento de diversos projetos voltados

para essa população, e pretende refletir os esforços da sociedade civil na busca de políticas públicas condizentes com essa especificidade pública.

Alguns feitos faz jus a Política pública LGBT onde poderia destacar-se: Brasil sem homofobia – programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT (de 2004).

PNDCDH – LGBT (de 2009) Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Sistema Nacional de Promoção de Direitos e enfrentamento à violência contra LGBT (2013). (CARVALHO; MORENO; 2020).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta pesquisa evidencia de um trabalho final de curso e aborda uma discussão que se volta para o aprofundamento enfrentados pelo público LBGTQUIA+, que vivem em situação de risco social. Os principais pontos que impedem o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil foram: A ausência de leis que garantam os direitos da população, falta de planejamento financeiro e o preconceito apresentado por grande parte da sociedade.

A Política Nacional de saúde LGBT é um grande ponto crítico com relação as políticas públicas de saúde no Brasil, e um grande acontecimento histórico de constatação das ações desta população em circunstância de vulnerabilidade. A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível identificar que a discussão acerca das políticas públicas de saúde LGBT ganhou visibilidade a partir da década de 1980, quando o Ministério da Saúde assumiu parâmetro para o enfrentamento da pandemia do HIV/AIDS em combinação com as mudanças sociais aliados com a ajuda dos direitos dos grupos gays.

Portanto o reconhecimento da saúde LGBT exigiu que o movimento social encontrasse meio de amparo com outras áreas do Ministério da saúde, que com isso ampliasse o conjunto com relação a saúde dando á Política um caráter que envolve todas as áreas que engloba participação social, promoção atenção e cuidado.

Os conceitos de saúde que se baseiam em normas heterossexuais causam uma má impressão nas minorias sexuais impactando diretamente na qualidade da assistência prestada, levando muitas vezes essa população a se afastar do sistema público de saúde. Os profissionais necessitam de informações sobre as

necessidades da população LGBT, o que os faz sentir-se incapazes de atender essa população de forma efetiva.

Como resultado, a vulnerabilidade profissional durante a enfermagem gera cada vez menos confiança entre os pacientes LGBT, levando a mais exclusão e violência simbólica, ao contrário do que propõe a política pública de saúde.

**Indícios Obtidos:** De acordo com os resultados obtidos, promover a saúde integral de todo o público LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, entretanto contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como sistema universal, integral e equitativo.

Considerando-se o direito à saúde garantido no art. 196 da Constituição Federal:

Dito no Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e coloca sobre a organização do SUS, o gerenciamento da saúde, o apoio à saúde e a articulação Inter federativa, principalmente no disposto no art. 13, que firma-se ao usuário o acesso universal, igualitário e composto às ações e serviços de saúde do SUS.

Portanto tem como objetivo, ampliar o acesso a população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo o respeito e prestação dos serviços de saúde; qualificar a rede de serviços do SUS, atenção e cuidado integral a população LGBT; qualificar a informação a saúde da população LGBT, incluindo os recortes no que se refere ao ético-racial e territorial; garantir o direito de a população LGBT, a transexualização na rede SUS; promover e a redução de riscos de mortalidade, voltados ao público LGBT decorrente ao preconceito social; Oferecer atenção aos problemas ao uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais; promover assistência ao cuidado e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis com relação aos testes rápidos disponibilizados nas unidades de saúde SUS; Prestar assistência Psicológica em relação aos transtornos causados, pelo preconceito social e escolha de transformação de gênero.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dada a pesquisa científica que teve como objetivo identificar como as políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil estão sendo discutidas. Os

principais pontos apresentados é a falta de leis que resguardem os direitos dessa população, falhas na interlocução entre Estado e sociedade civil, falta de previsão orçamentária para os planos e programas, e falta de representação política no meio LGBT. Fazendo com que o Brasil seja um dos países atrasados em relação ao demais sobre as políticas públicas efetivas e os direitos que o público LGBTQIA+ tem diante da sociedade.

Portanto a criação de leis que favoreçam essa minoria é de extrema importância pois a cada 19 horas uma pessoa homossexual é morta no país e diante de algumas políticas criadas vemos que ainda não foi o suficiente para acabar de vez com a discriminação e exclusão social.

A população LGBTQIA+ precisa ter sua visibilidade ampliada para poder evidenciar suas particularidades e necessidades de saúde, educação, moradia, etc., acabando com tabus e preconceitos que, ainda hoje, estão presentes em nosso cotidiano. Esse aspecto dialoga com a necessidade de visibilidade e com as vulnerabilidades que assombram essas pessoas.

## 6 REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> ACESSO EM: 02 DE MAIO. 2022

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e Saúde Pública no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, jul./ago. 2009. In: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf?fbclid=IwAR3uXdf7cpQN8P87SLwJBVLloAuC7B8FyebQb89RrGDfA6eM\\_M1tFjY88rM](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf?fbclid=IwAR3uXdf7cpQN8P87SLwJBVLloAuC7B8FyebQb89RrGDfA6eM_M1tFjY88rM)

ASSIS MOREIRA SILVA JUNIOR. **AS MINORIAS SEXUAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS.** SÃO PAULO, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS ABEC BRASIL, 2013 DISPONÍVEL EM: <<https://fafibe.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas/pub/article/view/11/pdf>>ACESSO EM: 02 DE MAIO DE 2022

BEZERRA, et al. **Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva,** Scielosp.org, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2019.v43nspe8/305323/#:~:text=Foram%20analisadas%20as%20publica%C3%A7%C3%B5es%20de%20dez%20peri%C3%B3dicos%20nacionais%20veiculadas%20entre,de%20sa%C3%BAde%20envolvendo%20tal%20popula%C3%A7%C3%A3o>. ACESSO EM: 02 DE MAIO 2022.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha; Camila Amaral Moreno; Níli Maria de Brito Lima Prado; Adriano Maia dos Santos. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE LGBT: INVISIBILIDADE NAS PUBLICAÇÕES LGBT.** 02 /JUNHO/2019 DISPONÍVEL EM: <[https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DkZJz3V4kfLczm7Qbvpr3Xh/?lang=pt&fbclid=IwAR3icv9XirsCni\\_t\\_qF9-tVsjZFGVeQuiGvt9gry7a0OLSA9eezKft0S024](https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DkZJz3V4kfLczm7Qbvpr3Xh/?lang=pt&fbclid=IwAR3icv9XirsCni_t_qF9-tVsjZFGVeQuiGvt9gry7a0OLSA9eezKft0S024). ACESSO EM: 10 DE MAIO DE 2022

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO. SECRETARIA DE SAÚDE. **SISTEMA ÚNICO. SAÚDE LGBT.** BAHIA: CPES, 2006. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/saude-de-todos-nos/saudelgbt/?fbclid=IwAR0pQp0v9n9g3iyHRbqGoAiWvx4I7bNWBfFibhEIUpU4iX73JCA52XOPTW0>>ACESSO EM 02 DE MAIO DE 2022.

BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal:** Centro Gráfico, **1988.**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília, DF: MS; 2009.

BRASIL. Ministério da saúde. [bvsms.saude.gov.br](https://bvsms.saude.gov.br), 2013. Brasília - DF: Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)>. Acesso em: 18 de maio. 2022.

BRITO et al; **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades.** Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsXdYVRgFgWsW9c5w8mnw/>>

CAUMO, BRUNA LUCAS; MARCIA ESTEVEDE CALAZANS. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTI NO BRASIL.** S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7.:2018:Rio Grande, RS) DISPONÍVEL EM: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/232.pdf>> ACESSO EM: 19 DE MAIO DE 2022.

CARVALHO et al; **A construção de políticas públicas direcionadas a população LGBTQUIA+.** v7; InformaSUS. UFSCar. Disponível

em: <<https://www.informasus.ufscar.br/clipping-informasus-ufscar-26-09-2020/>> ACESSO EM: 19 DE MAIO DE 2022.

CARVALHO et al; **A importância da construção de políticas públicas direcionadas a população LGBTQUIA+.**v7; informaSUS; 2020 .disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/a-importancia-da-construcao-de-politicas-publicas-direcionadas-a-populacao-lgbtqia/>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FERNANDES, LUÃ FERNANDO DE ALMEIDA. **MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DE INCLUSÃO.** UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIOGRANDE DO SUL- UNIJUI 2021 DISPONÍVEL EM: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/7363>> ACESSO EM: 04 DE MAIO 2022.

TECNOBLOG,2022. **Normas ABNT | Guia de formatação de trabalho acadêmico.**

Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/guia-normas-abnt-trabalho-academico-tcc/amp/>. Acesso em: 25 de Maio de 2022.